

NARRATIVAS NO LIVRO DIDÁTICO: A ATUAÇÃO DO NARRADOR

Lovani Volmer, Unisc – Santa Cruz do Sul/RS e Centro Universitário Feevale – Novo Hamburgo/RS. lovaniv@feevale.br – Flávia Brocchetto Ramos, Unisc – Santa Cruz do Sul/RS e UCS. flavia_amos@uol.com.br

Resumo

O narrador é um dos elementos estruturais da narrativa e tem sido amplamente estudado quando se foca o processo de composição de uma obra, mas são raros os estudos sobre a relação entre a sua atuação e a proposta de leitura veiculada no texto. Além disso, a análise de narrativas veiculadas em livro didático enviado às escolas pelo governo pretende relacionar procedimentos empregados pelo narrador, como estratégias de acolhida ou não do leitor iniciante no texto literário. Assim, esta comunicação pretende retomar os caminhos do livro didático de língua portuguesa, analisá-lo no que se refere à atuação do narrador como um mediador de leitura e ser, também, uma contribuição à prática docente no que diz respeito às práticas de leitura.

Palavras-chave: leitura literária - narrador - processo de compreensão textual

INTRODUÇÃO

Histórias fazem parte da vida dos seres humanos, do seu cotidiano, sejam elas do mundo real ou do criado pelas palavras; essa narrativa de acontecimentos dispostos em uma seqüência no tempo (FORSTER, 1974) seduz, faz rir ou chorar... Conforme Eco (1994), numa história sempre há um leitor, ingrediente fundamental não só do processo de contar história, como também da própria história. Para Certeau (1994, p. 269) “os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”; são caçadores que percorrem terras alheias. O caminho trilhado por esse caçador, contudo, pode ser vivido com mais ou menos autonomia, dependendo da liberdade que a instância produtora (o autor) der ao leitor por meio da instância textual que assume a enunciação (o narrador); aquele que escreve não é aquele que conta. De acordo com Lajolo & Zilberman (1996), estes dois papéis, o do narrador e o do leitor, mimetizam, na intimidade do texto, a natureza comunicativa da literatura e, assim sendo, o leitor prossegue seu périplo de aprendizagens; há sempre novos ensinamentos à sua espera, no avesso dos novos narradores.

Nesse sentido, Bruner (1997) destaca a importância de se pesquisar acerca do texto literário e das questões a ele relacionadas, tanto no que diz respeito à criação como à leitura e à interpretação, além dos processos daí decorrentes. Quando o assunto é texto, caso o pesquisador consiga aplicar sobre ele os mais poderosos instrumentos de análise literária, lingüística e psicológica, poder-se-á entender tanto os mundos simbólicos que o autor cria quanto o que faz uma história e o que a torna grande. Além disso, depois de caracterizado o texto em termos de

sua estrutura, seu contexto histórico, sua forma lingüística, seu gênero, seus múltiplos níveis de significado e outros aspectos, pode-se, ainda, desejar descobrir como e de que maneira o texto afeta o leitor e o que produz tais efeitos, ou seja, como esse processo ocorre.

Se observamos, porém, as atividades de análise de textos narrativos propostos pelos livros didáticos, percebemos que, no geral, essas não as realizam de forma a explorar o verdadeiro papel de cada um dos elementos da narrativa, ou seja, cada elemento é abordado de forma estanque, como se o texto narrativo não se constituísse de todos os elementos relacionados entre si. Dessa forma, não é possível perceber, por exemplo, o papel que o narrador desempenha na construção do sentido do texto como um todo, no quanto “mostra” ou “esconde” do leitor; a sua análise limita-se à sua participação ou não na história (narração em 1ª ou 3ª pessoa).

Destaca-se, ainda, que “para que ocorra a simbiose texto-leitor, o ato de leitura exige procedimentos de análise, compreensão e interpretação que não se restringem à reconstituição de uma mensagem, passível de esgotar-se na apreensão superficial de seus significados” (SARAIVA & MÜGGE, 2006, p. 35), ou seja, o processo de leitura resulta da articulação entre o leitor e o texto. Nesse sentido, salienta-se que o responsável pela seleção do livro didático e dos textos trabalhados em sala de aula é o professor, motivo pelo qual se acredita que um estudo mais aprofundado dos sinais textuais permitem traçar, numa dada narrativa, a figura do narrador e o seu papel no processo de compreensão textual pode ser de grande relevância para a atuação de professores, quando da seleção do livro didático e do estudo com textos narrativos.

1 A Narrativa

História e narração só existem por intermédio da narrativa¹. Genette (s/d), um dos primeiros a dar conceitos sobre os elementos narrativos e base importante aos estudiosos posteriores, ao definir narrativa, apresenta três noções distintas para o termo. Primeiramente, apresenta-a como aquilo que “designa o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos” (p. 23). Num segundo sentido, define a narrativa como uma “sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objeto desse discurso, e as suas diversas relações de encadeamento, de oposição, de repetição, etc.” (p. 24). Por fim, Genette define-a como “o ato de narrar tomado em si mesmo” (p. 24). Quando o assunto é análise textual, o autor afirma que, dos três níveis, o do discurso narrativo é o único que se oferece diretamente à análise textual, o qual é,

1 Genette (s/d) denomina história o significado ou conteúdo narrativo, narrativa, o discurso ou texto narrativo em si, e narração, o ato narrativo produtor, ou seja, o conjunto da situação real ou fictícia na qual toma lugar.

também, o único instrumento de que se dispõe no campo da narrativa de ficção, pois propicia o estudo das relações entre narrativa e história, entre narrativa e narração e entre história e narração. Para tal, o autor propõe três categorias de análise: o tempo, os modos e a voz.

Em relação ao primeiro aspecto, o tempo, o autor apresenta-nos o tempo da enunciação, definido como o discurso, e o tempo do enunciado, definido como diegese. O tempo da enunciação é aquele instaurado no ato da leitura, no qual o tempo do narrador e do tempo do leitor é formado, como num pacto. O tempo do enunciado, por sua vez, é aquele da história narrada; pode ser cronológico ou psicológico. O primeiro é definido pela ação da natureza ou relógio e instaura a verossimilhança do conjunto da narrativa; o segundo é o tempo interior da personagem e não é medido absolutamente, é presente contínuo de um fato, de uma percepção, alterado pela memória e pelo futuro. Já o fluxo da consciência é um tempo psicológico da personagem transpassado pelo presente, passado e futuro, numa livre associação na psique da personagem. A coerência é interior e não comandada por leis de causalidade exteriores. Destacam-se o monólogo interior direto (a personagem fala), o monólogo interior indireto (o narrador apresenta a consciência da personagem), o solilóquio (a personagem se dirige a um público) e a descrição onisciente (o narrador que sabe tudo de todos). Genette (s/d) ressalta, ainda, três aspectos do tempo como relevantes em uma narrativa: a ordem dos acontecimentos, a duração dos acontecimentos e a frequência (repetição) desses acontecimentos. E, para isso, denomina anacronia a discordância entre a ordem cronológica dos fatos e a apresentada na narrativa, ou seja, a ordem dos fatos em uma narrativa pode estar diferente do que a verdadeira (ou possível) dos acontecimentos, pois o narrador ou personagem pode iniciar uma narrativa não do fato número 1, mas da sua consequência.

Quanto aos modos da narrativa, Genette (s/d) afirma ser o “nome dado às diferentes formas do verbo empregadas para afirmar mais ou menos a coisa de que se trata, e para exprimir... os diferentes pontos de vista dos quais se considera a existência ou a ação” (p. 160). Isso quer dizer que a narrativa fornece ao leitor maiores ou menores detalhes, de forma mais ou menos direta e, assim, mantém-se mais ou menos distante dos fatos narrados.

A voz, por sua vez, diz respeito, essencialmente, às relações entre o narrador, seu(s) eventual(is) narratário(s) e a história que conta, pois todos constituem elementos da situação narrativa.

De acordo com Forster (1969), uma história é definida como uma narrativa de acontecimentos dispostos em sua sequência temporal. O teórico explica que uma narrativa tem um elemento fundamental: a história, que faz suscitar a curiosidade do leitor em saber o que acontecerá depois. Isso é importante, pois o leitor vai mergulhando e se prendendo à história a fim de saber o depois. O autor, o grande

estrategista de uma narrativa, deve levar em conta não uma boa história, mas ter a sensibilidade de envolver o leitor.

Bourneuf & Ouellet (1976), ao abordarem a narrativa, enfatizam o fator tempo e fazem a distinção entre três tempos: da aventura, da escrita e da leitura. O primeiro diz respeito à história, ao que ela narra, logo ao tempo dos acontecimentos, que pode ser cronológico ou psicológico como visto anteriormente. O segundo relaciona-se ao tempo de escrita de uma obra, ou seja, uma narrativa pode ter características textuais diferentes de quando é publicada, devido à evolução dos modos de composição. O último se refere ao leitor e à sua leitura, pois, com o passar do tempo, os modismos, a cultura vai se modificando a cada geração, desse modo o ato de ler significa um risco, pois o desajuste entre leitor e obra pode ser grande. Os referidos críticos também lembram que, ao escrever uma narrativa, o autor necessita fazer escolhas e entre elas a questão temporal é de suma importância, pois eles precisam estar coerentes com a narrativa e com compreensão do leitor, visto que não é escrito tudo. Os saltos temporais são permeados por lacunas e demonstram que durante um certo período de tempo não aconteceu um fato relevante que merecesse ser explanado na narrativa.

Reis (2003), por sua vez, define a narrativa literária como o “conjunto de textos literários integráveis no modo narrativo” (p.343). O autor destaca que a narrativa literária estrutura-se em dois planos fundamentais: o da história relatada e do discurso que a relata. Esses elementos, por sua vez, são divididos em categorias narrativas: a personagem, o espaço, a ação, o tempo, a perspectiva narrativa e o narrador.

Já D’Onófrio (2006) define a narrativa como todo o discurso que apresenta uma história imaginária como se fosse real, constituída de uma pluralidade de personagens que têm fatos de vida entrelaçadas num tempo e num espaço. O estudioso complementa o conceito de narrativa ao incluir o espaço de um acontecimento, bem como o tempo. O autor explica, ainda, que o tempo e o espaço são componentes sintático-semânticos e se definem pelo ator a que estão conjuntas, além de terem uma função dúplice e antitética, ou seja, são características naturais, mas também instauram o mundo do imaginário, suspendendo as leis do real.

2 A leitura e a construção de sentido

É por meio da leitura que o mundo imaginário veiculado na ficção ganha sentido. Ler, assim, não é uma atitude passiva, não se reduz a simples decodificação de sinais gráficos, mas pressupõe uma atividade de construção e reconstrução de sentidos. Ela não é um ato solitário, porque envolve o diálogo com o interlocutor, indivíduo possuidor de uma história individual e singular, que faz diferença quando do seu encontro com o texto e que favorece o surgimento de

inferências marcadas pela ativação de um contexto, o qual alude a sua memória cognitiva.

Essas inferências, por sua vez, podem ser, por exemplo, demarcadas através da atuação do narrador num texto, que pode dar mais ou menos autonomia ao leitor; quanto mais incipiente o leitor maior será a interferência do narrador no sentido de orientá-lo a guiar-se pelo texto, pois o autor assim o fará para atingir seu objetivo enquanto produtor, “receoso de que a leitura, à menor dificuldade, seja posta de lado” (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996, p. 19).

É o leitor, então, que atribui vida ao texto, sendo o seu significado modificado com as várias leituras por ele realizadas. O leitor tem liberdade para construir sentidos, mas ele também é limitado pelos significados trazidos pelo texto e pelas suas condições de uso, restringindo-se, por vezes, aos limites ditados pelo narrador (CHARTIER, 2001). Nessa produção de sentidos, então, o leitor desempenha um papel ativo, sendo as inferências um processo cognitivo relevante para esse tipo de atividade, uma vez que o texto é gerado a partir dos significados atribuídos pelo autor e é recontextualizado pelo leitor, que busca atribuir-lhe significado a partir de dados previamente existentes na sua memória, os quais são ativados e relacionados às informações veiculadas pelo texto.

Ler é, assim, um ato de comunicação verbal caracterizado pela relação cooperativa entre o emissor e o receptor (RANGEL, 2005). A compreensão de leitura não é orientada, apenas, pelas marcas gráficas do texto, mas, principalmente, pelo que essas marcas têm a dizer e pelo modo como o leitor apreende e interpreta a intenção pretendida pelo autor. Essa interpretação, por sua vez, ocorre no momento da interação leitor/autor, gerando sentidos que variam de acordo com o leitor e com a natureza da interação, ou seja, a leitura exige do leitor um exercício de preenchimento dos vazios deixados pelo autor, ou melhor, pelo narrador que apela para as reações do leitor para completar aquilo que iniciou, sendo o vazio constantemente ocupado por projeções (ISER, 1979). Segundo Rangel (2005), é na constituição desse apelo feito pela obra, dessa participação, que se estabelece a condição para o prazer de ler, de forma criativa e ativa.

2.1 O processo de compreensão textual

O homem está sempre adquirindo conhecimento; as novas experiências vão sendo adicionadas em sua memória, são assimiladas e podem transformar-se de acordo com as situações. Na transmissão de informações, apesar da existência de outras formas de aquisição de conhecimento, a linguagem escrita é um dos meios mais usados. Nesse sentido, a leitura ocupa um lugar de destaque; aquilo que é escrito o é para ser lido. Esse fato, no entanto, não é garantia efetiva de conhecimento, ou seja, ler um texto não é sinônimo de compreensão; é preciso que

o leitor interaja com o lido, a fim de compreender o seu sentido na totalidade, o que depende não só de processos cognitivos, mas de uma série de fatores, relacionados não apenas a fatores textuais e extratextuais.

De acordo com Kintsch (1998), representações textuais são construídas sequencialmente através de ciclos de processamento. O texto é processado em segmentos que são integrados com o que está em processamento na memória de trabalho. A hipótese de processamento imediato geralmente se mantém, pelo menos, para os processos de nível mais baixo na compreensão. Ocasionalmente, leitores usam estratégias de atraso ao lidar com construções sintáticas ambíguas, ou continuam lendo, quando constroem um modelo situacional baseado em algo não entendido. Exceto uma ou duas proposições centrais, mantidas pela sua presumida relevância, o que é construído até o fim do processamento frasal é perdido na consciência para liberação de memória. Contudo, essa informação é facilmente recuperada na frase seguinte através de pistas. O resultado desse processo cíclico é uma estrutura coerente, formada por proposições mantidas na memória de curto prazo. Essas informações constituem a base para os novos processamentos, permitindo a interconexão das primeiras porções do texto ao conhecimento geral. Geralmente uma proposição é mantida de um ciclo para outro, se for o foco de atenção das novas frases. Dessa forma, somente o conjunto de proposições que são mantidas durante um tempo considerável do processamento total têm uma função na representação do texto.

Segundo Heinemann & Viehweger (1991), citados por Koch (2005), para o processamento textual contribuem três grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional. O conhecimento lingüístico diz respeito ao conhecimento gramatical e ao lexical, sendo responsável pela organização do material lingüístico na superfície do texto, pelo uso dos elementos coesivos para efetivar a remissão ou a seqüenciação lexical e pela seleção lexical adequada à situação de uso. O conhecimento enciclopédico, por sua vez, é o conhecimento de mundo, ou seja, é aquele que se encontra armazenado na memória de cada pessoa, podendo se tratar de conhecimento do tipo declarativo – proposições acerca de fatos do mundo - ou episódico – os modelos-cognitivos, através dos quais se levantam hipóteses, se criam expectativas, se produzem as inferências. Já o conhecimento interacional é o conhecimento sobre as formas de interação através da linguagem e engloba os conhecimentos do tipo ilocucional - permite identificar os objetivos que o falante pretende atingir em determinada situação de uso da linguagem -, sendo do tipo comunicacional - diz respeito à quantidade de informação necessária numa situação concreta para que o leitor/ouvinte seja capaz de reconstruir o objetivo do produtor do texto -, ou do tipo metacognitivo - é o conhecimento sobre os vários tipos de ações lingüísticas que permitem ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a sua aceitação – e, ainda, do tipo superestrutural - permite reconhecer textos como exemplares de determinado tipo ou gênero.

2.1.1 O papel do narrador na compreensão textual

A exploração das virtualidades cognitivas, lúdicas e auto-reflexivas da língua, conforme Saraiva & Mügge (2006), faz parte das primeiras fases da aprendizagem lingüística, situando-se aí a origem da literatura, na medida em que também é uma experimentação criativa das possibilidades da narrativa. Em se tratando de análise textual, é importante investigar tanto o plano do conteúdo quanto o da expressão, uma vez que se combinam na integralidade do texto. Na narrativa, então, a análise estrutural deve aliar-se à do processo de comunicação, destacando-se, nesse sentido, a análise do par narrador–narratário, cujas estratégias textuais são a contrapartida de situações histórico-culturais, nas quais a literatura brasileira encontra condições de existência.

Assim sendo, faz-se necessário retomar um pouco da história desse narratário, a fim de melhor compreender o papel do narrador no processo de compreensão textual, pois ser leitor é ser sujeito dotado de reações, desejos e vontades, a quem cabe seduzir e convencer e, de acordo com Lajolo & Zilberman (1996), é a função social, para a qual se canalizam ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas.

Se é certo que leitores sempre existiram em todas as sociedades nas quais a escrita se consolidou como código, só existem o leitor, enquanto papel de materialidade histórica, e a leitura, enquanto prática coletiva, em sociedades de recorte burguês, onde se verifica no todo ou em parte uma economia capitalista (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996). A história do narrador no Brasil começou com a expansão da imprensa e desenvolveu-se graças à ampliação do mercado do livro, à difusão da escola, à alfabetização em massa das populações urbanas, à valorização da família e da privacidade doméstica e à emergência da idéia da leitura como lazer. O brasileiro é, ainda, um leitor em formação; se, na Europa, livros publicados no século XVII (ou antes) textualizam o leitor, no Brasil, apenas na ficção romântica (século XIX) os esforços nessa direção mostram-se visíveis. Cabe destacar que a forma como autores e narradores do Romantismo brasileiro apresentaram-se diante do leitor é sintomática dos cuidados tomados diante desse público incipiente; leitor principiante, narrador permissivo e tolerante.

Com Machado de Assis, julgamentos equivocados são desmentidos apenas pelo narrador que, ao usar e abusar da onisciência, torna o leitor testemunha privilegiada, mas que depende sempre do gesto tutelar do narrador, já que o leitor, a seu próprio critério, toma o bonde errado (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996); cabe àquele, pois, corrigi-lo, direcionando-o para a conclusão correta. O papel docente compete ao narrador, que dá lições e recomenda cautela ante as seduções de poder da sociedade e da leitura; enquanto o narrador conquistou mais autoridade, o leitor continua sendo julgado incapaz para andar com as suas próprias pernas. O narrador precisa confiar que o leitor dispõe de determinado conhecimento para, por exemplo, entender a intertextualidade e, mesmo que credite a este leitor domínio de pré-

requisitos, considera o parceiro imaturo, de conhecimento incipiente para dispensar a tutela daquele que desfia a história. Apenas com Graciliano Ramos, no Modernismo, é que se vai conferir maturidade ao leitor, que se vai dialogar com o narrador, ou vice-versa; narrador e leitor são, agora, cúmplices. De acordo com Lajolo & Zilberman (1996) são estes dois papéis, o do narrador e o do leitor, que mimetizam, na intimidade do texto, a natureza comunicativa da literatura e, assim sendo, o leitor prossegue seu périplo de aprendizagens; há sempre novos ensinamentos à sua espera, no avesso dos novos narradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras vivem entre os homens; a ninguém pertencem com exclusividade e se é verdade que depende de quem as diz para terem este ou aquele sentido, então é importante conhecer quem as diz, controla e usa. Da mesma forma, quem as lê o faz com toda a sua carga pessoal, atribuindo ao lido as marcas pessoais de memória, demonstrando, assim, ser a leitura um ato social entre dois sujeitos: leitor e autor; é através da interação de diversos níveis de conhecimento que o leitor consegue construir o sentido do texto.

Assim sendo, é o leitor que atribui vida ao texto, sendo o seu significado modificado com as várias leituras por ele realizadas. O leitor tem liberdade para construir sentidos, mas ele também é limitado pelos significados trazidos pelo texto e pelas suas condições de uso. Nessa produção de sentidos, o leitor desempenha um papel ativo, sendo as inferências um processo cognitivo relevante para esse tipo de atividade, uma vez que o texto é gerado a partir dos significados atribuídos pelo autor e é recontextualizado pelo leitor, que busca atribuir-lhe significado a partir de dados previamente existentes na sua memória, os quais são ativados e relacionados às informações veiculadas pelo texto.

Por fim, cabe salientar, ainda, que o narrador pode ser parceiro ou não do leitor nesse processo e se o professor conhecer os aspectos que envolvem essa parceria terá mais subsídios teóricos quando da seleção de textos/livro didático para indicar aos alunos, pois o narrador é invenção do autor. Este pode projetar sobre aquele certas atitudes ideológicas, éticas, culturais,..., não necessariamente de forma direta, cultivando, ao invés, estratégias, tais como a ironia, a aproximação parcial, a construção de um *alter ego*...

REFERÊNCIAS

BOURNEUF, Roland; OUELLET, Real. *O universo da narrativa*. Tradução de José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

BRUNER, Jerone. *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Tradução de E. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

D'ONÓFRIO, Salvatore. *Teoria do texto*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FORSTER, E. M., *Aspectos do romance*. Tradução de Maria Helena Martins. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Maria Alzira Seixo. VEJA, s/d.

ISER, W. A interação do texto com o leitor. In: JAUSS, H.R. et al. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.

KINTSCH, Walter. *Comprehension: a paradigm for cognition*. Cambridge: CUP, 1998.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção dos sentidos*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LAJOLO, Marisa et ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. *Leitura na escola: espaço para gostar de ler*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: Introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SARAIVA, Juracy Assmann; MÜGGE, Ernani et all. *Literatura na escola: propostas para o ensino fundamental*. Porto Alegre: ARTMED, 2006.